

**A PRESENÇA DE INDÍGENAS NO CONTEXTO URBANO DE GUAÍRA/PR:
EVIDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES DE UM FENÔMENO CONTEMPORÂNEO¹****THE PRESENCE OF INDIGENOUS PEOPLE IN THE URBAN CONTEXT OF
GUAÍRA/PR: EVIDENCE AND IMPLICATIONS OF A CONTEMPORARY
PHENOMENON**Liria Yuri NAGAMINE²

Resumo: Este artigo apresenta as implicações da presença de indígenas no contexto urbano de Guaíra/PR, tendo em vista a percepção de ser este um fenômeno cercado da dificuldade em se apreender as contradições impostas como parte do processo da dominação colonial, assentada nas noções de integração e assimilação como estratégia de apagamento étnico e cultural dos povos originários. A pesquisa exploratória em levantamento bibliográfico e documental existente sobre o fenômeno trouxe, primeiramente, os argumentos que levaram à adoção do termo “indígenas no contexto urbano”. Os resultados trouxeram reflexões de investigações realizadas em outras regiões no país para tratar dos indígenas que se encontram presentes numa relação simultânea de temporalidades diversas no espaço urbano, permitindo pensar e discutir sobre a questão a partir de Guaíra. Discute assim, quem são, de onde vieram e como e por que se organizam em aldeias. Reflete sobre o significado do fenômeno de “ser indígena” no contexto urbano e a luta pelo reconhecimento de seus direitos, além de abordar sobre a pertinência da noção de etnicidade para a pesquisa no campo do planejamento urbano.

Palavras-chave: Indígenas no contexto urbano; Direito indígena; Etnicidade; Guaíra.

Abstract: This article presents the implications of the presence of indigenous peoples in the urban context of Guaíra/PR, considering the perception that this is a phenomenon surrounded by the difficulty of grasping the contradictions imposed as part of the process of colonial domination, based on notions of integration and assimilation as a strategy for the ethnic and cultural erasure of native peoples. The exploratory research in the existing bibliographic and documentary survey on the phenomenon first brought up the arguments that led to the adoption of the term “indigenous people in the urban context”. The results brought reflections from investigations carried out in other regions in the country to address the indigenous people who are present in a simultaneous relationship of different temporalities in the urban space, allowing us to think and discuss the issue from Guaíra. It thus discusses who they are, where they came from, and how and why they organize themselves into villages. It reflects on the meaning of the phenomenon of “being indigenous” in an urban context and the struggle for recognition of their rights, in addition to addressing the relevance of the notion of ethnicity for research in field of urban planning.

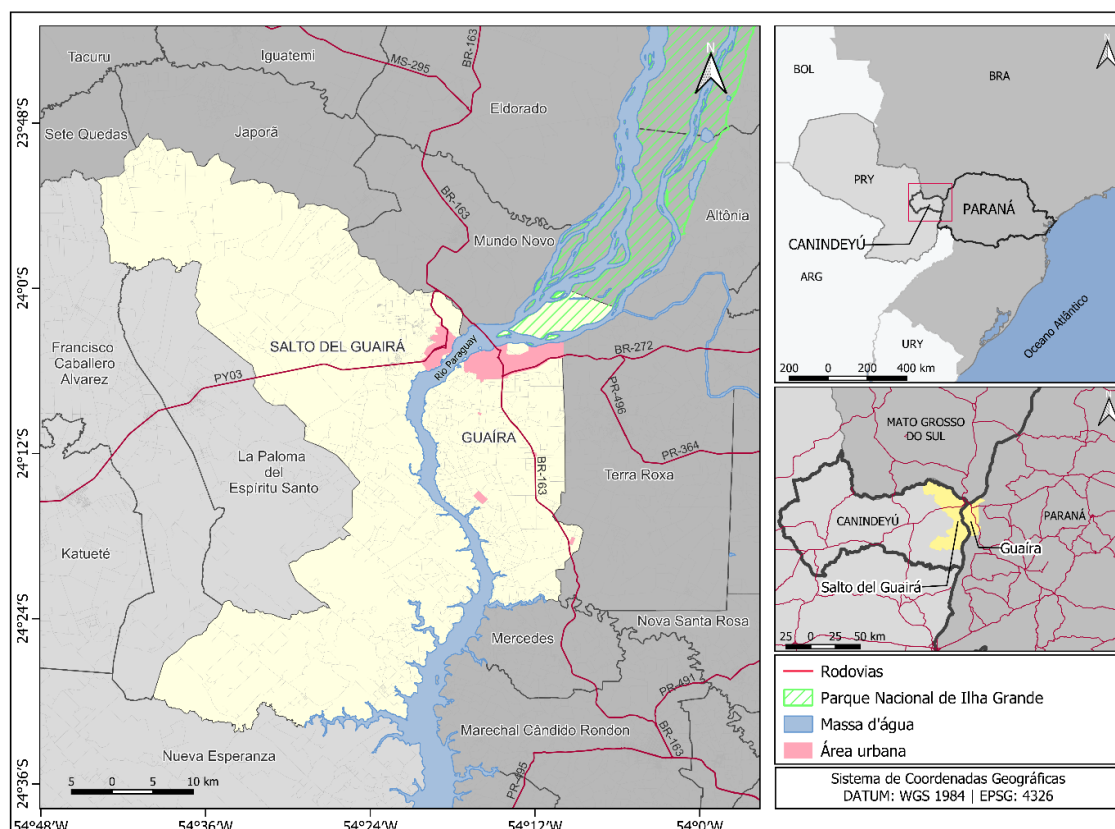
Keywords: Indigenous peoples in urban contexts; Indigenous right; Ethnicity; Guaíra.

¹ Este artigo é parte integrante da pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (PPGGEO/UFPR), com apoio de financiamento de bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) fornecida via Programa de Desenvolvimento da Pós-graduação da Fundação Araucária (PDPG/FP) no Estado do Paraná.

² Doutoranda do PPGGEO/UFPR (liriaok@gmail.com), orientada pela Prof. Dr.^a Olga Lúcia Castreghini de Freitas e coorientada pela Dr.^a Rosa Moura.

A compreensão do significado da presença de indígenas no contexto urbano se tornou indispensável desde o momento em que a questão da barbárie do conflito de terras entre agricultores e povos originários em função da demarcação do Território Indígena (TI) “Tekoha Guassú-Guavirá” - região de Guaíra, Terra Roxa e Altônia no Estado do Paraná -, se apresentou como central ao debate pretendido para a pesquisa de doutorado em desenvolvimento. A partir do conflito, o interesse pelo tema incorporou-se à pesquisa pelo viés da violência do processo de urbanização capitalista no espaço transfronteiriço da qual faz parte o recorte territorial de investigação (Figura 1): o município de Guaíra (BR) e o distrito de Salto del Guairá (PY).

Figura 1 – Recorte territorial: municípios de Guaíra (BR) e Salto del Guayrá (PY).



Fonte: Google Mapas Platform (2024); IBGE (2022); Natural Earth (2024); Paraguai (2024); ICMBio (2024).
Organização da autora (2024).

Em Guaíra, do lado brasileiro da fronteira, tal questão se coloca como um fenômeno marcante da urbanização contemporânea com uma particularidade: tanto o conflito como o processo em andamento de demarcação do território se fazem sobre áreas do perímetro urbano e de transição para o rural (*continuum* urbano-rural) na cidade. Constitui-se em situação que

implica em uma série de questões estruturais, legais e políticas a serem consideradas sob a perspectiva institucional-estatal no âmbito do planejamento urbano em relação aos direitos e à historicidade indígenas. Abordar o processo de urbanização pela perspectiva da dimensão indígena para olhar para a questão de pesquisa redundou, desta forma, em alguns desafios para o seu desenvolvimento.

O primeiro desses desafios consistiu na aproximação a leituras existentes sobre o fenômeno observado, cujas indagações que o envolvem vêm crescendo nas cidades nas últimas décadas. Esta pesquisa possui como objetivo geral, portanto, compreender o fenômeno da ocupação indígena em áreas urbanas e no *continuum* urbano-rural observado em Guaíra a partir de referenciais e de casos existentes em outras regiões e municípios do país, capazes de revelar características singulares ou semelhantes da situação em investigação.

Sem a pretensão de esgotar tudo que possa ter sido produzido, mas com o intuito de realizar um ingresso ao tema a partir de outros autores brasileiros, a metodologia utilizada partiu de pesquisa exploratória em levantamento bibliográfico e documental existente sobre o fenômeno, concretizada pela utilização da ferramenta de procura disponibilizada pelo “Portal de Periódicos da Capes”. A busca por artigos foi realizada com base nos termos “indígena no contexto urbano” e “indígena na cidade”, resultando na pré-seleção de 40 artigos. Os textos foram escolhidos a partir de seus títulos e leitura rápida dos resumos, identificando-se tratar de discussões que se relacionam a temas que possam subsidiar políticas urbanas. Tendo sido verificado que o número de artigos que tratavam da abordagem específica da pesquisa era reduzido, não se estabeleceu um recorte temporal para a procura.

Na sequência, realizou-se um refinamento desta seleção a partir da leitura atenta dos resumos dos artigos e trabalhos de modo a identificar aqueles cuja pesquisa e discussão se mostrou tratar da presença do indígena no contexto urbano com implicações na urbanização e no planejamento urbano. Como resultado, foram selecionados 17 textos para leitura e análise, aos quais foram incorporadas mais três teses e uma monografia de especialização, identificadas posteriormente (Quadro 1).

Quadro 1 - Referências selecionadas para a pesquisa.

Ano	Município/ Estado	Autor(es)	Título
1998	Londrina/PR	Tommasino, K.	Os novos acampamentos (wãre) kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade Jê.
1999	Manaus/AM	Pereira da Silva, R. N.	De aldeados a urbanizados: aspectos da identidade étnica indígena na cidade de Manaus.
2001	-	Baines, S.G.	As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade
2009	Manaus/AM	Teixeira, P, Mainbourg,	Migração do povo indígena sateré-mawé: dois contextos

Ano	Município/ Estado	Autor(es)	Título
		E. M. T.; Brasil, M.	urbanos distintos na Amazônia.
2009	Belém/PA	Ponte, L. A. S.	A população indígena na cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade.
2009	São Paulo/SP	Albuquerque, M. A. dos S.	Os pankararu e o associativismo indígena na cidade de São Paulo.
2011	Niteroi/RJ	Migliora, A. A.	De Dentro e de Fora: as diferentes dinâmicas sociais e seus reflexos nos usos do espaço em uma aldeia urbana Mbyá Guarani
2011	Belém/PA	Ponte, L. A. S.	Políticas públicas e os indígenas citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010) (Tese de Doutorado).
2016	Boa Vista/RR	Carvalho Souza, A.H.; Haetinger, C.; Laroque, L.F.da S.	A busca pelo reconhecimento da identidade étnica Macuxi e Wapichana no contexto urbano de Boa Vista, Roraima, Brasil.
2017	Canarana/MT	Horta, A.	Indígenas em Canarana: notas citadinas sobre a criatividade parque-xinguana.
2017	Rio de Janeiro/RJ	Beviláqua, C.	A Aldeia Vertical: mistura indígena na cidade do Rio de Janeiro.
2018	Rio de Janeiro/RJ	Berger, W.	Índios suburbanos: moradia de indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro (2012-2017).
2019	Campo Grande/MS	Batistoli, A. F.; Latosinski, K. T.	O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS
2020	Manaus/AM	Matos Pereira, J. C.	Indígenas na cidade de Manaus
2020	Crateús/CE	Lima, C. L. S.	Indígenas na cidade: os kalabaça, kariri, potiguara, tabajara e tupinambá de Crateús. (Livro escrito a partir da tese).
2020	Curitiba/PR	Fortes, P. H. R.	Indígenas na cidade: uma análise histórica e etnográfica da presença kaingang em Curitiba. (Tese)
2021	Rodelas/BA	Cavalcanti, <i>et al.</i>	O desencantamento da viúva: a cidade como estratégia de fragmentação do mundo Tuxá
2021	Imperatriz/MA	Marinho dos Santos, C. M. Pereira, J. M.	O estigma da presença de indígenas em contexto urbano na cidade de Imperatriz - MA.
2023	Altamira/PA	Pereira, J. C. M.	A presença indígena na cidade de Altamira (PA), no contexto da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.
2023	Belo Horizonte/MG	Campos, M. B. de; Campos, T. B. de.	A urbanização dos indígenas à luz da teoria urbana crítica: interpretações a partir dos Pataxó na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil).
2023	Curitiba/PR	Jamamadi, K.	Casa de passagem e cultura de Curitiba como política pública no território (Monografia)

Fonte: Organização da autora (2024).

Foi interessante notar a atualidade do tema e, além disso, a diversidade de lugares das análises realizadas a partir de cidades em treze estados, abrangendo todas as regiões do país: Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Roraima e São Paulo (Quadro 1).

Como primeiro resultado das análises realizadas, salienta-se o alinhamento da pesquisa aos argumentos críticos de diversos autores em relação aos termos utilizados quando se trata de falar sobre a presença dos indígenas na cidade. De acordo com os autores, os termos “índios citadinos”, “índios urbanos”, “destribalizados”, “desaldeados” ou “imigrantes” remetem à ideia estereotipada, classificatória e depreciativa, mediante o pensamento

predominante no senso comum de grande parte da sociedade que pensa no lugar dos indígenas como sendo a aldeia localizada em territórios distantes (Matos Pereira, 2020; Souza *et al.*, 2016). “Caboclos”, por sua vez, era como se autodenominavam os indígenas que viviam na cidade como “estratégia de silêncio”, de modo a preservar sua identidade (Pereira da Silva, 1999, p. 113). Ou ainda, na região sul, é possível presenciar não indígenas que se espantam quando descobrem que o termo “bugre” se constitui, na realidade, em um termo pejorativo comumente utilizado em relação aos indígenas. Isto porque bugreiros eram aqueles que, contratados pelo governo, caçavam indígenas rebeldes para fins de extermínio (Fortes, 2020).

Considerando tais questões, a pesquisa adotou o termo “indígenas no contexto urbano” para tratar dos indígenas que se encontram presentes numa relação simultânea de temporalidades diversas no espaço urbano. Da mesma forma, adotou-se o termo “aldeias no contexto urbano” ao invés de “aldeias urbanas”, na medida em que o último tem sido apropriado por algumas municipalidades para a identificação de conjuntos habitacionais construídos pelo poder público (Campos; Campos, 2023).

Considera-se também a adoção a favor do termo “indígena” ao invés de “índio”, outra palavra que é, de acordo com o ativista indígena Daniel Munduruku, carregada de preconceitos (Beviláqua, 2017). Contudo, para a sua utilização, é preciso se compreender que indígena é um termo genérico, uma vez que sob esta denominação se contemplam indivíduos de várias etnias que “falam muitas línguas, mantêm diversas práticas rituais, alimentares e arquitetônicas, se organizam politicamente e lutam por políticas diferenciadas” (Matos Pereira, 2020, p.27).

As reflexões em relação aos indígenas no contexto urbano de Guaíra obtidas a partir da literatura analisada foram a seguir estruturadas em três seções. A primeira discute quem são, de onde vieram e como e por que se organizam em aldeias os indígenas no contexto urbano dos municípios. A segunda procura refletir sobre o significado de “ser indígena” no contexto urbano e a luta pelo reconhecimento de seus direitos. E a terceira se constitui em uma abordagem sobre a pertinência da noção de etnicidade como subsídio a análises dentro do planejamento urbano. Finalizamos o artigo com considerações finais acerca das contribuições desta pesquisa para a investigação de doutorado em andamento.

O conflito violento em razão da demarcação da terra indígena Guassú-Guavirá em Guaíra notabiliza-se pela polarização dos seus residentes em torno desse tema. A população encontra-se dividida entre aqueles que interpretam as aldeias no contexto urbano como “invasão” e aqueles que as caracterizam como “retomada” do território. Cabe considerar, desta forma, que muito embora seja possível afirmar, assim como fizeram diversos autores, de que os indígenas sempre estiveram presentes nas cidades brasileiras desde o processo de colonização do país (Lima, 2020; Teixeira; Mainbourg, 2009; Tommasino, 1998; Souza *et al.*; 2016); o que é também por eles pautado é que o “fenômeno de reconhecimento dos indígenas como novos habitantes das cidades modernas impacta a sociedade não indígena como algo novo” (Souza *et.al*, 2016, p.70).

Em Boa Vista (RR), já faz algum tempo que os boa vistenses não indígenas têm vivenciado a realidade do tempo e do espaço dos yanomamis e waraos transfronteiriços de maneira muito próxima em sua cotidianidade. Souza *et.al* (2016) contemplam o contexto urbano desde esta capital no norte do país, ao afirmar que os povos indígenas se tornam visibilizados nas cidades na medida em que passam a disputar e atuar em espaços reservados à parte da sociedade que se enxerga como hegemônica. De fato, a questão da invisibilidade indígena no contexto urbano não é uma situação exclusiva ou preponderante em cidades no sul ou sudeste brasileiro, como muitos poderiam imaginar ao relacionar o norte ao predomínio de territórios indígenas e de reservas ambientais mais bem preservadas. O desconhecimento sobre a realidade dos indígenas no contexto urbano (quem são, onde estão, de onde vieram) como elemento agravante do acirramento da violência em relação aos indígenas, não é uma situação isolada de Guaíra.

A violência e incompreensão em relação aos indígenas encontra-se atrelada historicamente a ideias impostas por políticas de integração do indígena à sociedade como um processo natural que teria ocorrido desde o início da colonização. Nesse cenário, gerações de indígenas viveram em um processo forçado de integração à sociedade brasileira, sendo recrutados como mão-de-obra e passando a viver nas cidades. Muitos não são mais reconhecíveis pelos traços físicos e não vivenciam mais a sua cultura, frutos que são da miscigenação com não indígenas.

Casos assim, de pessoas descendentes de indígenas, também devem existir em Guaíra, mas o que não parece ocorrer é o processo que se vislumbra em outros lugares de um movimento identitário “organizado” de busca desses indivíduos em reconhecer sua

ancestralidade. Nessa busca, muitas pessoas passam a se enxergar em relação à história e ao processo de violência que expropriou indígenas de seus territórios, que produziu órfãos abandonados ou adotados por não indígenas ou que tornou mulheres escravas de famílias. Talvez porque o processo de se tornar invisível como estratégia e necessidade tenha sido tão crucial à sobrevivência entre os não indígenas no sul do país que ele se distingue, por exemplo, de Belém (PA), onde somente os traços físicos de parte considerável da população já revela a sua ancestralidade indígena. Em Belém, a Associação Multiétnica Wyka Kwara (2025) trabalha com o resgate para aquilo que seu fundador, Kwarahy Tenetehar, denomina de “adoecimento étnico” dos indígenas no contexto urbano.

Os indígenas no contexto urbano que têm sido vistos como “invasores” por grande parte da população de Guarára, contudo, não pertencem àqueles que se miscigenaram e se integraram à sociedade guairense. São indígenas avá-guarani que, organizados em oito aldeias - cinco delas (Tekoha Karumbe’y, Tekoha Porã, Tekoha Marangatu, Tekoha Y’hovy e Tekoha Jevy) localizadas no perímetro urbano municipal e as outras três (Tekoha Mirin, Tekoha Guarani e Tekoha Tatury) na área rural -, possuem conjuntamente o propósito de “retomada” do território pela demarcação de uma terra indígena. Mesmo que a presença ancestral indígena no território seja evidente e comprovada pela existência de sítios arqueológicos, além de dados históricos, a pergunta que parte da sociedade guairense se faz é: de onde teriam vindo esses indígenas? Não compreendem o movimento de ocupação uma vez que pelo seu relógio histórico, os indígenas ocupam a cidade há pouco mais de 20 anos somente.

Além de sítios arqueológicos que comprovam a presença ancestral, outras condições podem revelar que os indígenas continuaram a sobreviver entre os não indígenas no contexto urbano. A partir dos estudos de Tommasino (1998), com relatos dos indígenas kaingang comerciantes em Londrina (PR), pode-se inferir que independentemente de seu local de origem, o movimento de deslocamento dos indígenas para a venda de artesanato nas cidades demonstra, entre outras características, que a sua relação com esses lugares já existia muito antes da existência do tecido urbano edificado atual. Era natural que os indígenas retornassem e se dirigissem para esses lugares já conhecidos na medida em que as condições materiais de vida impostas pela sociedade do consumo passaram a tornar insustentáveis a vida nos lugares para onde se refugiaram (seja em outras aldeias, territórios indígenas, comunidades ou áreas rurais).

De fato, muitas cidades foram criadas sobre aldeias indígenas e trilhas de comércio dos povos originários que existiam ligando o litoral atlântico à cordilheira dos Andes

(Caminho do Peabiru) antes mesmo da descoberta do território pelos europeus (Jamamadi, 2023). Em Guaíra, ressalta-se a situação geográfica favorável à passagem e fixação de indígenas ao se relembrar o lugar onde se situavam as cataratas das Sete Quedas, por onde passava próximo o Caminho do Peabiru e que mais tarde foi escolhido pela Companhia Matte Laranjeiras para fixação de sua sede e desenvolvimento de um comércio internacional.

A partir da pesquisa realizada constata-se que vários foram os fatores que levaram à dispersão dos indígenas de seus locais de origem para outras partes do território brasileiro, deslocando-se de cidade em cidade, em grupos de família ou separadamente. Como motivação, para além da expropriação pelo processo colonial, de expansão agropecuária, grilagem, exploração da madeira ou mineração, muitos exemplos estão relacionados à implementação de grandes projetos para o desenvolvimento territorial do país, como a Hidrelétrica de Tucuruí, construção de estradas, Ferrovia do Carajás na Amazônia (Ponte, 2011) ou a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Pereira, 2023). Em consonância com esses exemplos, em Guaíra e Salto del Guairá, o alagamento de terras pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu acarretou a expropriação de muitos indígenas de suas aldeias e territórios em que viviam, motivo pelo qual se dispersaram.

Se, de um lado, há um movimento de “expulsão” dos territórios e “dispersão”, de outro, há também em muitos casos, o movimento de “atração” da cidade provocada pela sedução de melhores condições de vida para os indígenas. De acordo com Matos Pereira (2020), na década de 1990, indígenas da etnia tikuna foram atraídos à cidade de Manaus pela melhoria no acesso à saúde e educação, ao mercado de trabalho e outros bens e serviços ofertados. Em Belém, Ponte (2011) relata que a população indígena passou a se estabelecer no contexto urbano em busca de “assistência médica, educação escolar, qualificação profissional, trabalho assalariado, além do casamento com não indígenas” (Ponte, 2011, p.98).

O caso das aldeias no contexto urbano de Guaíra, contudo, parece aproximar-se mais da constatação de que a atração que as cidades exercem não se deve somente pelas melhores condições de vida ofertadas nesses lugares. Isso porque, encontramos-nos em um período histórico no qual a expansão agropecuária e de exploração mineral cercou os territórios já demarcados, impedindo a demarcação de novos a ponto de se tornarem insuficientes e impróprios à sobrevivência adequada dos indígenas. Horta (2017) argumenta sobre as consequências em relação à pressão exercida pela soja nos limites do Parque do Xingu, ao afirmar que,

A deterioração das cabeceiras dos formadores do rio Xingu, assim como as mudanças climáticas estão ambas diretamente relacionadas com o avanço da fronteira agrícola e com a degradação de áreas adjacentes à Terra Indígena. (...) Além disso, como em toda Terra Indígena, a área demarcada se revela escassa e se desgasta com o uso. A população indígena cresce, o limite da TI fixa, e a exploração tradicional, mas reincidente – os índios não têm mais para onde ir –, dá indícios do esgotamento dos recursos naturais (Horta, 2017, p.2019).

Primeiramente expropriados de suas terras, com o decorrer do tempo, a busca pelas cidades passa a ser ocasionada pela desestruturação do modo de vida tradicional e pelas condições precárias de subsistência em que se encontram muitas famílias indígenas. O processo pode ser caracterizado, assim, pela impossibilidade e insuficiência de se manter em outros lugares e outros territórios e aldeias, sejam eles demarcados ou não.

O fenômeno das aldeias no contexto urbano de Guaíra e a luta pelo reconhecimento de direitos indígenas

A análise dos diversos casos de indígenas no contexto urbano revelou ser este fenômeno, sobretudo, multifacetado em relação às várias formas como se associam, moram e vivem na cidade, sem que para isso deixem de reconhecer sua identidade étnica. O caso das aldeias no contexto urbano em Guaíra, conforme já afirmado, aproxima-se da ideia de que os indígenas não foram atraídos pela cidade simplesmente pela busca de uma melhor e maior qualidade de vida. Antes, procuram um local para se fixar e se manter, visto que na jornada de sua migração de um lugar para o outro, as formas de sobrevivência se fizeram com precariedade e insuficiência.

Sob esta ótica, não é diferente do movimento observado de muitos indígenas que têm se instalado nas periferias e favelas de cidades grandes como São Paulo (Albuquerque, 2009), Belo Horizonte (Campos e Campos, 2023), Campo Grande (Batistoti e Latosinski, 2019), Rio de Janeiro (Beviláqua, 2017; Berger, 2018), Manaus (Pereira da Silva, 1999; Matos Pereira, 2020), Belém (Ponte, 2009). Em algumas capitais, contudo, o que se observa é o fenômeno em sua máxima extensão, caracterizado pelo encontro de várias etnias que juntas reivindicam a garantia de seus direitos através do reconhecimento de sua identidade baseada em uma única condição: a de ser indígena.

O sentido de aldeia, assim, é incorporado a partir da associação e luta de indígenas de várias etnias e de vários lugares do Brasil. Pereira da Silva (1999), apresenta o caso em

Manaus (AM) da associação, organização e encontro de indígena de várias etnias, neste caso formado por barés, tucanos, sateré-mawés, pira-tapuias, wananos, dessanos, kambebas, arapassos, ticunas, muras, tuyucas e baniwas. Para o autor, esses indígenas no contexto urbano de Manaus constituem uma rede de relações sociais, na cidade, conformando um território cultural, “portadores de uma identidade própria, diferente daquela proposta pela sociedade nacional” (Pereira da Silva, 1999, p. 116).

Já a situação em Guaíra é marcada por aldeias de uma única etnia: a avá-guarani. Contudo, cada uma das oito aldeias existentes no local é liderada por caciques(cas) específicos em lideranças que se revezam, marcadas por brigas internas e divisões. Extrapola, portanto a ideia de que sendo uma única etnia, se organizam e se entendem em melhor harmonia. Conjuntamente, no entanto, possuem uma luta em comum que é a demarcação do território indígena, o que facilitaria a garantia de seus direitos, assegurada pela Constituição de 1988.

Segundo Marés (2021), a motivação por uma luta comum está no significado da introdução de um “direito coletivo” específico aos povos indígenas dentro da Carta Magna, e que não pertence a todos, somente àqueles povos. Por esta razão, constitui em assunto cercado de conflitos, dentre os quais a ideia que permanece na sociedade de que os direitos indígenas estariam garantidos somente dentro dos territórios indígenas, de que eles não são parte daquela coletividade se não identificados espacialmente e que fora destes lugares não possuem direitos, ou seja, perdem a “tutela federal”.

Nesta linha de luta caminha a organização dos indígenas nas várias aldeias de Guaíra e a sua resistência conjunta que tem como objetivo a demarcação territorial. Uma luta que tem se caracterizado pelo confronto violento entre indígenas e ruralistas, anunciados pela mídia em cadeia nacional nas vésperas do Natal de 2023 e no início do ano de 2024 (CGY, 2023; Stentzler, 2024), bem como recentemente, em agosto de 2024, quando o conflito acirrou-se “numa série de investidas feitas por fazendeiros e capangas” nas quais “seis pessoas ficaram feridas e quatro precisaram ser internadas, duas em estado grave” (Bataier, 2024, s.p.), conforme noticiado pelo Jornal Brasil de Fato. O processo da demarcação do território encontra-se estagnado no primeiro passo de identificação da delimitação realizada pela Funai, paralisado diante da escalada da violência no território, sem perspectivas de solução. Desse modo, os indígenas em Guaíra permanecem entre não indígenas no contexto urbano, em situação de conflito constante.

Para além da questão territorial que se encontra longe de ser solucionada, políticas públicas podem atenuar a precariedade dos indígenas que vivem no contexto urbano em

número crescente de indivíduos nos espaços urbanos junto à violência que se avoluma com o aumento da estigmatização e segregação socioespacial. Na literatura analisada, a contribuição é pouca e incipiente nesse sentido, indicando a premência das discussões e pesquisas neste campo de análise. De acordo com Pereira da Silva (1999), seja no meio acadêmico ou fora dele, de fato, prevalece a ideia de “confinamento” dos indígenas dentro de seus territórios onde aí sim, estariam protegidos pelo arcabouço legal que garantem seus direitos. Tal noção se encontra arraigada inclusive dentro de certos movimentos indígenas, conforme citado por Lima (2020) nos quais,

alguns membros das organizações indígenas acreditam que o reconhecimento dos índios citadinos representa uma ameaça à maior bandeira da causa indígena, a luta pela terra. O movimento indígena também seria fragilizado, uma vez que ele se formou pautado na questão territorial e na defesa das terras indígenas. (Lima, 2020, p.27)

Por uma outra perspectiva, pode-se também ser avaliado como os indígenas são vistos no contexto urbano pelos outros moradores. De acordo com Marinho dos Santos (2021, p. 113.469), os indígenas, “para os moradores da cidade, não são vistos como munícipes. Logo, o indígena que se encontra na cidade é percebido ou como um estranho ou não é mais indígena”.

Para Lima (2020), que investigou a situação dos povos kalabáça, kariri, potiguara, tabajara e tupinambás na cidade de Crateús (CE), causa inquietude que a categorização aldeados e desaldeados/ausentes ainda fosse utilizada em cadastros da DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) no Ceará até aquele momento. Tal categorização, segundo Lima (2020, p.10), “constitui-se ainda em entraves políticos para que essas populações possam receber os direitos aos serviços culturalmente adequados, tal como propostos na Constituição Federal de 1988”. Conforme relata esta autora (Lima, 2020), a utilização de critérios de aldeamento pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) para a abrangência do atendimento à saúde em Crateús expôs a inabilidade da instituição em tratar dos indígenas independentemente do local de residência.

Outra dificuldade dos indígenas quando buscam a cidade e se encontram fora das aldeias é a falta de documentação. Logo passam a entender que para acessar os direitos indígenas, diferentemente das aldeias onde não precisam comprovar sua origem, na cidade, exigem-se atestados de veracidade em papel. Para tanto, passam a necessitar da Funai para

comprovar sua origem indígena e somente tem como comprovar, aqueles que realmente vieram de aldeias (Horta, 2017).

No espaço transfronteiriço de Guaíra e Salto del Guairá, a situação legal dos indígenas possui ainda outros contornos. Para os indígenas avá-guarani, a fronteira entre o Brasil e o Paraguai é invisível porque transfronteiriço é o seu território, assim como sua história e cultura. Diante da dinâmica indígena que é transfronteiriça, afloram, por exemplo, acusações de que indígenas paraguaios se registram como brasileiros para que assim possam receber auxílio governamental, alimentando a discórdia e o conflito existente e ampliando o conflito entre indígenas e não indígenas.

A pertinência da etnicidade para os indígenas no contexto urbano de Guaíra

Para Pereira (2023), negar a identidade étnica ao mesmo tempo em que reivindicações como moradia e serviços básicos não são atendidos são estratégias para a desmobilização da resistência indígena que vem se formando nas cidades. O debate sobre o conceito de identidade étnica, tem sido reconhecido e definido como importante tanto pela academia como pelo Estado para avançar no desenvolvimento de critérios justos que considerem a aplicabilidade dos direitos coletivos dos indígenas no contexto urbano.

A pertinência em debater a etnicidade indígena, sobretudo no contexto urbano, é uma questão ressaltada por vários dos autores dos textos analisados (Tommasino, 1998; Lima, 2020; Pereira da Silva, 1999; Matos Pereira, 2020; Ponte, 2009, 2011; Beviláqua, 2017). A ausência desta discussão e definição prejudica a aplicabilidade do direito indígena no contexto urbano que, conforme já mencionado, constitui-se em um direito coletivo. A não compreensão induz o senso comum a relacionar direito coletivo dos povos indígenas à simples necessidade de categorização por grupos étnicos ou demarcação de aldeias.

Segundo Marés (2021), o direito coletivo dos povos indígenas é entendido em relação à sobreposição sobre os direitos individuais, ou seja, a “sua existência depende da coletividade como a cultura, o idioma, a religião e o território” (Marés, 2021, p.172). No contexto urbano, verifica-se que a ênfase não está na especificidade da etnia, antes, sobre como conseguem reproduzir e manter a sua identidade nesse contexto. Tommasino (1998), por exemplo, analisou o modo como os kaingang recriaram seu espaço, se reinventaram e se transformaram a partir da venda do artesanato na cidade de Londrina no Paraná. Para a autora, “os Kaingang de hoje sincretizaram na cultura atual elementos da tradição e da modernidade,

sem abdicarem, contudo, de sua identidade própria. Se já não podem viver como seus antepassados, também não se tomaram culturalmente ocidentais” (Tommasino, 1998, p.71). O relato de Ponte (2011) em relação aos indígenas sateré-mawé em Manaus também aborda a questão pelo viés cultural, na medida em que “ao migrarem para Manaus transportam traços culturais que são utilizados no âmbito urbano como referência do passado vivenciado na aldeia” (Ponte, 2011, p.110).

Desta forma, resguardando-se as devidas diferenças dadas por épocas distintas, as constatações da pesquisa realizada por Cardoso de Oliveira se mantêm atuais. O estudo que realizou e que é a base de sua produção na década de 1960, analisou os indígenas terênas na cidade de Campo Grande. Conforme sintetiza Lima (2020, p. 79), “o estudo do referido grupo revela como uma população indígena pode atingir altos níveis de processo aculturativo, sem que haja uma perda da identificação étnica de seus membros, que permanecem indígenas, muitas vezes e paradoxalmente, para sobreviver”. A autora (Lima, 2020) afirma que é urgente retomar a discussão iniciada na década de 1960 que tem como base o artigo de Friedrik Barth denominado “Grupos étnicos e suas fronteiras”.

Os indígenas no contexto urbano têm buscado cada vez mais se (re)definir na conquista de seus direitos: organizando-se politicamente para obter acesso a serviços básicos como saúde e educação (Ponte, 2009, p.268); obtendo maior nível educacional não indígena a partir do qual lideranças indígenas se candidatam a cargos políticos para a defesa de seus direitos (Ponte, 2009, p.268); formando associações para a obtenção de assistência garantida pelo Estado (Albuquerque, 2009, 230); formando organizações que funcionem como espaço de articulação política a partir das práticas culturais e identitárias (Pereira da Silva, 1999, p. 23); e também, participando de encontros, reuniões, assembleias para além da escala local, interagindo com outros grupos indígenas (Lima, 2020, p. 343).

Lima (2020, p. 343) argumenta que o momento é de “um contexto favorável a emergências étnicas presente na sociedade brasileira”. A dimensão organizacional vislumbrada em Crateús, assim como em outros lugares do Brasil, revela o que a autora denominou de um processo de *institucionalização da etnicidade*:

portadoras de personalidades jurídicas e estatutos, [...] esta configuração produz efeitos, mas não aprisiona a agência indígena. Aspectos tais como parentesco, pertencimento étnico, relações de afinidade e outros interesses influenciam e chegam até mesmo a determinar as posições adotadas (Lima, 2020, p.343).

Se o silêncio se constituiu historicamente em estratégia de sobrevivência dos indígenas no contexto urbano, a mesma necessidade é transformada hoje em associar-se, organizar-se, instruir-se para uma luta conjunta por reivindicações de seus direitos, sendo que a própria reunião desse conjunto de indivíduos e etnias representam um coletivo: o coletivo indígena. As bases de uma estratégia semelhante são bastante visíveis no contexto das lutas indígenas no município de Guaíra. A Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)³, uma organização indígena que agrega os interesses dos povos guaranis no sul e sudeste do Brasil tem sido bastante atuante na articulação entre as várias aldeias e na veiculação midiática dos acontecimentos em Guaíra e de publicações sobre a realidade dos conflitos agrários e de terra incidentes na região.

Considerações Finais

As reflexões acerca do fenômeno do indígena no contexto urbano observadas em Guaíra, realizadas à luz de outros autores que pensaram a mesma questão em outros lugares do Brasil, trouxeram como contribuição à pesquisa evidências da necessidade de aprofundamento sobre determinadas questões, basilares para a problemática sobre a violência do processo de urbanização no espaço transfronteiriço em investigação.

A primeira questão se apresentou com a adoção do termo indígenas no contexto urbano, ressaltando a importância desta discussão tendo em vista a luta atual travada pelos povos originários em relação ao reconhecimento da sua condição indígena nas cidades e da luta a partir da identidade étnica (etnicidade) para a resolução de conflitos relativos ao direito indígena que é coletivo. Isso significa, refletir sobre os direitos relativos à questão da raça e da etnia no contexto urbano, independentemente da demarcação de territórios. Apresenta-se como uma necessidade diante da dificuldade enfrentada na demarcação do TI Guassú-Guavirá e tendo em vista os conflitos oriundos da ideia que persiste na sociedade de que os direitos indígenas estariam garantidos somente dentro dos territórios, de que eles não são parte daquela coletividade se não identificados espacialmente e que fora destes lugares não possuem direitos, ou seja, perdem a “tutela federal”.

Há que se aprofundar também em reflexões diante da situação de que muitos indígenas, senão a maioria, provém de vários lugares devido a condições precárias a eles impostas para a sobrevivência e em função da desestruturação de seu modo de vida

³ Site da CGY com informações e publicações: <https://www.yvyrupa.org.br/>.

tradicional, o que não deve ser diferente para o caso daqueles que vivem nas aldeias no contexto urbano de Guaíra. Tal fato seria facilmente deduzível a partir da literatura histórica e antropológica existente sobre os indígenas avá-guarani, assim como em relação à expropriação causada pela colonização rural e alagamento de áreas pela represa formada pela usina hidrelétrica de Itaipu.

Contudo, necessário se faz que seja aprofundada e investigada junto aos próprios indígenas. A pesquisa em desenvolvimento prevê tal realização a partir de pesquisa qualitativa em campo tendo em vista a violência do processo de urbanização e as relações transfronteiriças dos indígenas em Guaíra. Além disso, a partir de documentos históricos, poder-se-ia investigar sobre a questão da urbanização de Guaíra sob o viés do seu processo de subdivisão, venda e ocupação do território. Considera-se que essas pesquisas, conjuntamente, poderiam ajudar na análise não somente dos motivos dos conflitos existentes com o processo de demarcação de territórios indígenas em áreas urbanas (caso de Guaíra), como também do porquê de a luta indígena ser travada cada vez mais no contexto urbano.

Uma última questão que parece merecer reflexão diz respeito ao contexto da garantia de direitos dos indígenas em Guaíra no que se refere à possibilidade de que gestores e agentes públicos estejam lidando de forma sistematizada, elaborada e negligente ao enfrentar de forma inadequada certas adversidades em curso sobre a questão indígena, acabando por gerar constrangimentos e contribuir para a intensificação de violências. Por outro lado, também, considera-se a pertinência de se tentar averiguar até que ponto a atuação de lideranças dentro e fora das aldeias, num contexto de representação da coletividade indígena, não termina por percorrer caminhos tensionadores de interesses comuns que resultam em divisões de espaço e poder, problematizando a própria territorialidade, com implicações sobre a sua luta pela conquista de direitos territoriais.

Referências

ALBUQUERQUE, M. A. dos S. Os Pankararu e o associativismo indígena na cidade de São Paulo. **Tellu**, Campo Grande, ano 9, n. 16, p. 229-235, jan./jun.2009.

ASSOCIAÇÃO MULTIÉTNICA WYKA KWARA. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.wyakawara.org/>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BATAIER, C. Ruralistas ferem seis indígenas em ataque a tiros no Paraná: ‘falavam que iam cortar nossa cabeça’. Brasil de Fato, 28 de ago. 2024. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/08/28/ruralistas-ferem-seis-indigenas-em-ataque-a-tiros-no-parana-falavam-que-iam-cortar-nossa-cabeca>. Acesso em: 23 set. 2024.

BATISTOLI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/MS. **Revista Rua**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 329-355, jun. 2019.

BEVILÁQUA, C. A Aldeia Vertical: mistura indígena na cidade do Rio de Janeiro. **Mundo Amazônico**, Manaus, v. 8, p. 49-70, 2017.

Berger, W. Índios suburbanos: moradia de indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro (2012-2017). **Dossiê: Subúrbios do Rio**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 83-106, 2018.

Campos, M. B. de; Campos, T. B. de. A urbanização dos indígenas à luz da teoria urbana crítica: interpretações a partir dos Pataxó na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 420-440, jan./abr., 2023.

Comissão Guraani Yvyrupa (CGY). **Ava Guarani são atacados com tiros, rojões e incêndio na véspera de Natal, no oeste do Paraná**. CGY, 2023. Disponível em: <https://www.yvyrupa.org.br/2023/12/26/ava-guarani-sao-atacados-com-tiros-rojoes-e-incendio-na-vespera-de-natal-no-oeste-do-parana/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

STENTZLER, I. Cacique denuncia escalada da violência contra indígenas no Paraná após ameaça de policiais: “Posso matar vocês aqui e ninguém vai saber”. Brasil de Fato, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/23/cacique-denuncia-escalada-da-violencia-contra-indigenas-no-parana-apos-ameaca-de-policiais-posso-matar-voces-aqui-e-ninguem-vai-saber>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FORTES, P.H.R. **Indígenas na cidade: uma análise histórica e etnográfica da presença Kaingang em Curitiba**. 382 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Setor de ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Curitiba, 2020.

GOOGLE MAPS PLATFORM. Disponível em: <https://developers.google.com/maps>. Acesso em: 10 jun 2024.

HORTA, A. Indígenas em Canarana: notas cidadinas sobre a criatividade parque-xinguana. **Revista Antropologia** (São Paulo, Online), v. 60, n. 1, p. 216-241, 2017.

ICMBio. Dados geoespaciais de referência da Cartografia nacional e dados temáticos produzidos no ICMBio. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/dados_geoespaciais/mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-unidades-de-conservacao-federais. Acesso em 10 jun. 2024.

IBGE. Censo demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo: segunda apuração. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

JAMAMADI, K. **Casa de Passagem e Cultura de Curitiba como política pública no território**. 48 f. Monografia de especialização (Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná. Matinhos, 2023.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Indígenas na cidade: os Kalabaças, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

MARÉS, C. F. M. de S. F. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. 1ª ed. (1998), 10ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2021.

MARINHO DOS SANTOS, C. M. Pereira, J. M. O estigma da presença de indígenas em contexto urbano na cidade de Imperatriz - MA. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 113.463- 113.473, dec. 2021.

MATOS PEREIRA, J. C. M. Indígenas na cidade de Manaus. **Novos Cadernos NAEA**, Manaus, v. 23, n. 3. p. 11-31, set.-dez. 2020.

NATURAL EARTH. Disponível em: <https://www.natureearthdata.com/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PARAGUAY. Ministerio de Tecnologías de la Información y Comunicación. Disponível em: <https://datos.gov.py/dataset/base-de-datos-geojson-geoespacial-de-departamentos-districtos-ciudades-y-barrios-de-todo-el>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PEREIRA, J. C. M. A presença indígena na cidade de Altamira (PA), no contexto da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. **Revista Amazônia Moderna**, Tocantins, nov. 2023.

PEREIRA DA SILVA, R. N. De aldeados a urbanizados: aspectos da identidade étnica indígena na cidade de Manaus. **Rua**, Campinas, v. 5. p. 109-119, 1999.

PONTE, L. A. S. X. A população indígena na cidade de Belém, Pará: alguns modos de sociabilidade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 4, n. 2, p. 261-275, maio-ago. 2009.

Ponte, L. A. S. **Políticas públicas e os indígenas citadinos**: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010). 269f. Tese (Doutorado em Ciências, Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUZA, A.H.C.; HAETINGER, C.; LAROQUE, L.F.da Silva. A busca pelo reconhecimento da identidade étnica Macuxi e Wapichana no contexto urbano de Boa Vista, Roraima, Brasil. **Multitemas**, Campo Grande, v.21, n.50, p. 51-82, jul./dez., 2016.

TEIXEIRA, P, Mainbourg, E. M. T.; Brasil, M. Migração do povo indígena sateré-mawé: dois contextos urbanos distintos na Amazônia. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 531-546, set./dez. 2009.

TOMMASINO, K. Os novos acapamentos (wãre) kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade Jê. **Revista Mediações**, Londrina, v.3, n.2, p. 66-71, jul./dez. 1998.